

OS CASTIGOS CORPORAIS NA ESCOLA NOS DISCURSOS NARRATIVOS NAS OBRAS DE MACHADO DE ASSIS, MANOEL ANTÔNIO DE ALMEIDA E RAUL POMPÉIA

Laura Maria Silva Araújo Alves¹

Introdução

Castigo corporal é ato realizado pela mãe ou pelo pai, professores ou responsável na intenção de estabelecer o disciplinamento e de corrigir o comportamentos inadequados da criança. Os castigos corporais variam entre as culturas. São muitos os tipos de castigos sofridos pelas crianças: palmada, tapa, ficar de joelhos, socar, esmurrar, puxão de orelha, ficar de joelhos, chibatada, puxão de cabelo, beliscar, ajoelhar em cima de objetos duros (grão de arroz ou milho, pedras) etc. Esses castigos são aplicação em muitas formas ao corpo da criança – na mão, no rosto, nas nádegas e na cabeça. E em muitos casos há o uso de um instrumento: pedaço de pau, cinto, vara, vassoura, chinelo, escova de cabelo, raquete, arame, bastão de beisebol, rolo de macarrão, fio de extensão, mangueira de borracha, colher de pau etc. O castigo corporal é uma prática culturalmente usada para punir, corrigir e educar a criança.

Em geral a punição corporal na escola envolve o uso de instrumentos. É típico o uso de um pedaço de pau, chicote, régua etc. Outras formas de punição corporal na escola podem obrigar a criança a fazer um exercício extenuante. Em outros casos os castigos corporais provocam desconforto físico à criança e lhe causando alguma lesão, como por exemplo: obrigar a criança a ficar de pé numa posição durante um tempo longo, obrigar a criança a reter suas excreções corporais, a ingerir o próprio vômito e fezes, e ameaças de punição física rigorosa.

O castigo físico imposto a crianças como método de ensino foi migrado, no século XVI, para o Brasil pelas mãos dos padres jesuítas. Contrário a esse modelo de educação, a população indígena não aceitava a prática, exatamente porque desconheciam o ato de castigar, espancar, maltratar crianças. A historiadora Mary del Priore afirma que a partir do século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses e as primeiras missões jesuíticas, o castigo físico em crianças era nenhuma novidade ao longo do seu processo colonizatório. Introduzida pelos jesuítas, o padre José de Anchieta recomendava que amar é castigar e dar

¹ Doutora em Psicologia da Educação pela PUC de São Paulo. Professora Adjunto II da Universidade Federal do Pará.

trabalhos nesta vida. E vícios devem ser combatidos com açoites e castigos. Portanto, apanhar, para a criança no período colonial, era trivial. Para os jesuítas, a correção era vista como uma forma de amor, sendo que a punição corporal inseria-se no âmbito do controle pedagógico, no cotidiano colonial a “boa educação” implicava os castigos físicos e as tradicionais palmadas.

O interesse do colonizador e catequizador era pelas crianças indígenas, “almas virgens”. Portanto, os jesuítas foram os primeiros a desenvolver procedimentos educacionais, para educar e disciplinar crianças no Brasil. A pedagogia jesuítica pregava abertamente a necessidade de punições corporais para bem educar as crianças. Isso era posto em prática nas primeiras escolas e colégios brasileiros, e tais concepções pedagógicas estendiam-se ao âmbito da família, conformando um universo cultural de práticas e representações comuns àquele tempo histórico.

A partir da segunda metade do século XVIII, com o estabelecimento das chamadas Aulas Régias, a palmatória era o instrumento de correção por excelência. Mas, sabe-se que a reforma pombalina em nada mudou quanto aos castigos corporais às crianças nas escolas. Desse modo, aplicar castigos físicos não somente pela palmatória, mas outros meios foram institucionalizados. Mas como a prática dos castigos corporais se disseminou na educação escolar de crianças no Brasil? Qual a relação dos castigos corporais com a história da infância no Brasil? Como as práticas de castigos corporais são (re)tratados nos contos e romances da literatura brasileira que abordam a vida privada e pública de crianças?

Os objetivos da presente pesquisa são: (1) identificar nos discursos narrativos de romances e contos do século XIX a disseminação dos castigos corporais na educação escolar de crianças; (2) apontar como os castigos corporais se constituíram no século XIX como uma prática cultura na vida escolar das crianças e (3) destacar como a cultura dos castigos corporais na escola foi se constituindo na história da infância no Brasil do século XIX.

A literatura, entendida como prática simbólica, configura-se como a formulação de uma outra realidade que, embora tenha como referente constante o real na qual autor e leitor se inserem, guarda com este uma relação não de transparência, mas de reconstrução. O autor-escritor, no momento de produção do texto (romance e contos), traz para a escrita a sua compreensão do real,. Nesse sentido, ele representa a realidade, tendo a linguagem literária como signo.

A literatura nacional escrita no século XIX tematiza a ambiência escolar, e, ainda recria, com verossimilhança e forte viés crítico, várias situações relativas às práticas disciplinares que, aplicadas no contexto da vida escolar da criança, se fazia valer dos castigos

físicos. De certa forma, os textos literários, como documentos escritos, podem servir para empreender uma investigação dos castigos corporais nos universos familiares e escolares, a partir dos enunciados discursivos (re)produzidas por autores da literatura brasileira do período de 1840 a 1945.

AUTOR-ESCRITOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA OBRA
• Machado de Assis	1840	• Conto de Escola
• Machado de Assis	1880/1881	• Memórias Póstumas de Brás Cubas
• Manuel Antônio de Almeida	1852/1853	• Memórias de um Sargento de Milícias
• Raul Pompéia	1888	• O Ateneu

No caso desta investigação, os diversos autores-escritores das obras expressam no texto literário como o castigo era socialmente utilizado no âmbito da vida privada da criança, formulando no seu conjunto um discurso sobre as diversas práticas disciplinares a partir de enunciados que atravessam as diferentes obras. Nesse sentido, buscamos cotejar os enunciados sobre as práticas dos castigos presentes na literatura brasileira. Pretende-se, aqui, fazer um rastreamento por um conjunto quatro obras entre romances e contos de escritores do século XIX que retratam sobre os castigos corporais na escola como forma disciplinar na educação de crianças.

Os castigos corporais na escola nos discursos narrativos nas obras de Machado de Assis, Manoel Antônio de Almeida e Raul Pompéia

Conto de Escola publicado em 1884 por Machado de Assis narra o primeiro contato de um menino, Pilar, com a corrupção e a delação. Tudo começa quando Raimundo, o angustiado corruptor, filho do mestre, oferece uma moeda a Pilar, seu colega de classe, em troca de umas lições de sintaxe. Curvelo, o delator que *era um pouco levado do diabo*, os denuncia ao professor e ambos, Raimundo e Pilar, são violentamente castigados com doze *bolos* de palmatória cada. O personagem tem sua lição de vida, através da corrupção e da delação, recebendo seu castigo e levando-o a reflexão e ao arrependimento, mas deixando bem claro que “cada um tem seu preço”, que o ser humano sempre acaba se vendendo.

Ambientado no Rio de Janeiro de 1840, *Conto de Escola* é resultado das reminiscências de infância nada agradáveis de Pilar, seu narrador-protagonista, em relação aos tempos da

escola primária. Machado de Assis harmoniza a narrativa de personagem com a narrativa analítica e concentra seu foco crítico e reflexivo sobre a formação do caráter. Trata-se de um conto sobre educação e sobre a escola. Narrado em primeira pessoa, o conto inicia-se com uma precisa indicação de data e de local da escola vivenciado por Pilar:

A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia - uma segunda-feira, do mês de maio - deixei-me estar alguns instantes na Rua da Princesa a ver onde iria brincar a manhã. Hesitava entre o morro de S. Diogo e o Campo de Sant'Ana, que não era então esse parque atual, construção de gentleman, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema (1977, p. 1).

Na narrativa do conto, os meninos Pilar e Raimundo são violentamente castigados com doze *bolos* de palmatória cada um como castigo pelo fato da Raimundo, filho do mestre, oferecer uma moeda a Pilar, seu colega de classe, em troca de umas lições de sintaxe. Curvelo os denuncia ao professor e ambos, Raimundo e Pilar são castigadas verbal e fisicamente de maneira cruel:

— Venha cá! bradou o mestre.

Fui e parei diante dele. Ele enterrou-me pela consciência dentro um par de olhos pontudos; depois chamou o filho. Toda a escola tinha parado; ninguém mais lia, ninguém fazia um só movimento. Eu, conquanto não tirasse os olhos do mestre, sentia no ar a curiosidade e o pavor de todos.

— Então o senhor recebe dinheiro para ensinar as lições aos outros? Disse-me

o Policarpo.

— Eu...

— Dê cá a moeda que este seu colega lhe deu! clamou.

Não obedeci logo, mas não pude negar nada. Continuei a tremer muito.

Policarpo bradou de novo que lhe desse a moeda, e eu não resisti mais, meti a mão no bolso, vagarosamente, saquei-a e entreguei-lha. Ele examinou-a de um e outro lado, bufando de raiva; depois estendeu o braço e atirou-a à rua. E então disse-nos uma porção de cousas duras, que tanto o filho como eu acabávamos de praticar uma ação feia, indigna, baixa, uma vilania, e para emenda e exemplo íamos ser castigados.

Aqui pegou da palmatória.

— Perdão, seu mestre... solvei eu.

— Não há perdão! Dê cá a mão! Dê cá! Vamos! Sem-vergonha! Dê cá a mão!

— Mas, seu mestre...

— Olhe que é pior!

Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a vez do filho, e foi a mesma cousa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos. Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem vergonhas, desaforados, e jurou que se repetíssemos o negócio apanháramos tal castigo que nos havia de lembrar

para todo o sempre. E exclamava: Porcalhões! tratantes! faltos de brio! (1977, p. 50).

A atitude do mestre Policarpo causara no menino Pilar um comportamento de constrangimento pelo castigo sofrido perante os seus colegas e a raiva direcionada ao menino Raimundo:

Eu, por mim, tinha a cara no chão. Não ousava fitar ninguém, sentia todos os olhos em nós. Recolhi-me ao banco, soluçando, fustigado pelos impropérios do mestre. Na sala arquejava o terror; posso dizer que naquele dia ninguém faria igual negócio. Creio que o próprio Curvelo enfiara de medo. Não olhei logo para ele, cá dentro de mim jurava quebrar-lhe a cara, na rua, logo que saíssemos, tão certo como três e dous serem cinco.

Daí a algum tempo olhei para ele; ele também olhava para mim, mas desviou a cara, e penso que empalideceu. Compôs-se e entrou a ler em voz alta; estava com medo. Começou a variar de atitude, agitando-se à toa, coçando os joelhos, o nariz. Pode ser até que se arrependesse de nos ter denunciado; e na verdade, por que denunciar-nos? Em que é que lhe tirávamos alguma cousa?

" Tu me pagas! tão duro como osso!" dizia eu comigo(1977, p.05).

Ao chegar a casa, o menino Pilar esconde as mãos inchadas da mãe e o que ocorrera na escola dizendo-lhe que havia apanhado por não saber a lição. O medo da reação da sua genitora caso descobrisse os motivos pelos quais fico com as mãos perturbava o menino Pilar relata:

Em casa não contei nada, é claro; mas para explicar as mãos inchadas, menti a minha mãe, disse-lhe que não tinha sabido a lição. Dormi nessa noite, mandando ao diabo os dous meninos, tanto o da denúncia como o da moeda. E sonhei com a moeda; sonhei que, ao tornar à escola, no dia seguinte, dera com ela na rua, e a apanhara, sem medo nem escrúpulos (1977, p.6).

O conto nos mostra de imediato o problema da relação entre professor e alunos, bem como o problema da formação moral no século XIX. Sobre isso fala Gilberto Freyre diz que felizes dos meninos que aprenderam a ler e a escrever com professores negros, doces e bons. Devem ter sofrido menos que os outros: os alunos de padres, frades, "professores pecuniários", mestres-régios — estes uns ranzinzas terríveis, sempre fungando rapé; velhos caturras de sapato de fivela e vara de marmelo na mão. Vara ou palmatória. Foi à força de vara e palmatória que os "antigos", nossos avós e bisavós, aprenderam Latim e Gramática; Doutrina e História Sagrada (1987, p. 417).

Memórias Póstumas de Brás Cubas, publicado originalmente como um folhetim, em 1880, é transformado em livro causando espanto à crítica da época, que se perguntava se o livro tratava-se de fato de um romance, pois a obra era extremamente ousada do ponto de

vista formal, surpreendendo o público até então acostumado à tradicional fórmula narrativa que caracteriza os romances da época. Em tom irônico e sarcástico, a obra é narrada pelo defunto Brás Cubas, que escreve a própria biografia a partir do túmulo (sendo, portanto, segundo o próprio, não um autor-defunto, mas o primeiro *defunto-autor* da história, que é caracterizado por ter morrido e depois escrito, diferente do outro que foi escritor depois morreu).

No romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1881, Machado de Assis relata as experiências de um filho abastado da elite brasileira do século XIX: Brás Cubas. O protagonista descreve sua morte, a cena do enterro, os delírios antes de morrer, até retornar a sua infância.

Machado de Assis aborda o tema da escola em dois capítulos que retratam a educação familiar da época. A volubilidade do personagem narrador e sua deformação de caráter encontram suas raízes nessa oposição entre a coerção pública, feita pelo pai, e o elogio na intimidade do lar, para o mesmo ato repreensível. No XIII sintetiza suas observações sobre uma sala de aula de primeiras letras e, no XX, rememora a vida acadêmica de Brás Cubas. Relembrando sua experiência como aluno de primeiras letras, Brás Cubas mistura mágoa e reconhecimento, como se os castigos e a disciplina rígida fossem uma necessidade da melhor formação. Sobre a palmatória o protagonista narra:

Ó palmatória, terror dos meus Dias pueris, tu que foste o compelle intrare com que um velho mestre, Ossudo e calvo, me incutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe e o Mais que ele sabia, benta palmatória, tão praguejada dos modernos, quem Me dera ter ficado sob o teu jugo, com a minha alma imberbe, as minhas Ignorâncias, e o meu espadim, aquele espadim de 1814, tão superior à Espada de Napoleão (1959 b, p.432).

Memórias de um Sargento de Milícias obra originalmente publicada em formato “folhetim” de jornal, entre 1852 e 1853, o romancista Manuel Antônio de Almeida incorpora a linguagem das ruas, classes média e baixa, fugindo aos padrões românticos da época, onde os romances retratavam os ambientes aristocráticos. A experiência de ter tido uma infância pobre contribuiu para que Manuel Antônio de Almeida desenvolvesse a sua obra. O romance apresenta trechos da entrada na escola de Leonardinho Pataca, levado pelo padrinho barbeiro que o criara ao mestre-escola de pretensões latinistas e pugilísticas. A cena que segue faz parte do XII capítulo da obra (“A entrada na escola”), e rememoram as relações entre aluno-professor, professor-pai (ou responsável), alunos-alunos, emoldurada pela aparição da palmatória e sua função disciplinadora e legitimadora da docência capaz e competente.

No livro *Memórias de um Sargento de Melícias*, de Manuel Antônio de Almeida, o personagem principal Leonardo, futuro sargento de melícias, menino briguento e travesso, narra sua entrada para a escola. É uma descrição das escolas da época. Aborda a importância da palmatória e nos conta como o novo e endiabrado aluno leva bolos de manhã e à tarde.

Na segunda-feira voltou o menino armado com a sua competente pasta a tiracolo, a sua lousa de escrever e o seu tinteiro de chifre; o padrinho o acompanhou até a porta. Logo nesse dia portou-se de tal maneira que o mestre não se pôde dispensar de lhe dar quatro bolos, o que lhe fez perder toda a folia com que entrara: declarou desde esse instante guerra viva à escola. Ao meio-dia veio o padrinho buscá-lo, e a primeira notícia que ele lhe deu foi que não voltaria no dia seguinte, nem mesmo aquela tarde.

— Mas você não sabe que é preciso aprender?...

— Mas não é preciso apanhar...

— Pois você já apanhou?...

— Não foi nada, não, senhor; foi porque entornei o tinteiro na calça de um menino

que estava ao pé de mim; o mestre ralhou comigo, e eu comecei a rir muito...

— Pois você vai-se rir quando o mestre ralha...

Isto contrariou o mais que era possível ao barbeiro. Que diabo não diria a maldita vizinha quando soubesse que o menino tinha apanhado logo no primeiro dia de escola?... Mas não haviam reclamações, o que o mestre fazia era bem-feito. Custou-lhe bem a reduzir o menino a voltar nessa tarde à escola, o que só conseguiu com a promessa de que falaria ao mestre para que ele lhe não desse mais. Isto porém não era coisa que se fizesse, e não foi senão um engodo para arrastar o pequeno. Entrou este desesperado para a escola, e por princípio nenhum queria estar quieto e calado no seu banco; o mestre chamou-o e pô-lo de joelhos a poucos passos de si; passado pouco tempo voltou-se distraidamente, e surpreendeu-o no momento em que ele erguia a mão para atirar-lhe uma bola de papel. Chamou-o de novo, e deu-lhe uma dúzia de bolos. (1996, p.28)

A postura severa e autoritária do professor é narrada por Leonardo com detalhes. Em geral o professor típico da época era descrito como um homem grosseiro, batia nas crianças por gosto, por hábito de ofício. Era visto como um tirano, inimigo e não um mestre. Nas aulas só falava berrando como se vê na narrativa de Leonardo:

Era este um homem todo em proporções infinitesimais, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada, excessivamente calvo; usava de óculos, tinha pretensões de latinista, e dava bolos 6 nos discípulos por dá cá aquela palha. Por isso era um dos mais acreditados da cidade. O barbeiro entrou acompanhado pelo afilhado, que ficou um pouco escabriado à vista do aspecto da escola, que nunca tinha imaginado. Era em um sábado; os bancos estavam cheios de meninos, vestidos quase todos de jaqueta ou robissões de lila, calças de brim escuro e uma enorme pasta de couro ou papelão pendurada por um cordel a tiracolo: chegaram os dois exatamente na hora da tabuada cantada. Era uma espécie de ladainha de números que se usava então nos colégios, cantada todos os sábados em uma espécie de cantochão monótono e insuportável, mas de que os meninos gostavam muito (1996, p 27).

O Ateneu publicado em 1888, pelo romancista Raul Pompéia, conta a história de *Sérgio*, um menino que é enviado para um colégio interno renomado na cidade do Rio de Janeiro, denominado Ateneu. Comandado pelo diretor *Aristarco*, o colégio mantém regras rígidas e princípios da aristocracia da época. A obra critica a sociedade brasileira do final do

século XIX, tomando como metáfora o Ateneu, seu reflexo, um lugar onde vence sempre o mais forte. O Ateneu era uma instituição de ensino para filhos de famílias abastadas, ainda que admitisse alguns alunos pelas vias da caridade. Por isso, seus educandos representavam "*a fina flor da mocidade brasileira*", recebendo alunos de diversos estados brasileiros que eram enviados à corte e ao estabelecimento de Aristarco por conta da fama do pedagogo e dos livros que este enviava a todos os cantos do país à guisa de propaganda de sua instituição. Localizava-se no bairro do Rio Comprido, que teve sua urbanização iniciada em 1812 e já no século XIX recebeu uma pequena leva de imigrantes ingleses, depois de ter sido usada como área de cultivo da cana-de-açúcar (século XVII) e do café (século XVIII e século XIX).

Em o *Ateneu* Raul Pompéia apresenta de modo detalhado e circunstanciado vários aspectos do universo escolar do menino Sérgio. O desencanto e a pasmação são vistos assim: O tédio é a grande enfermidade da escola, o tédio corruptor que tanto se pode gerar da monotomia do trabalho, como da ociosidade (1981, p. 113). O estereótipo do professor apresentado confirma a ideia de autoritarismo extremado. Aristarco é mostrado como o professor munido de uma autoridade quase sagrada. O relato da cerimônia do beija-mão evidencia e confirma: a cada entrada, o diretor... soltava interjeições de acolhimento, oferecendo a mão peluda ao beijo contrito e filial dos meninos.

Aristarco, sentado, de pé, cruzando terríveis passadas, imobilizando-se a repentes inesperados, gesticulando como um tribuno de meetings, clamando como para um auditório de dez mil pessoas, majestoso sempre, alçando os padrões admiráveis, como um leiloeiro, e as opulentas faturas, desenrolou, com a memória de uma última conferência, a narrativa dos seus serviços à causa santa da instrução. Trinta anos de tentativas e resultados, esclarecendo como um farol diversas gerações agora influentes no destino do país! E as reformas futuras? Não bastava a abolição dos castigos corporais, o que já dava uma benemerência passável. Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso; adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias. Ele havia de criar... um horror, a transformação moral da sociedade!(1996, p. 22).

A disciplina e a competição impostas às crianças na virada do século XIX para o XX vem a reboque do avanço das sociedades industrializadas, onde é elevado o grau de interesse sobre essa população na busca de formar, futuramente, maiores mercados consumidores, assim como forjar o espírito competitivo entre as crianças. Constata-se que por muitos anos o castigo e a punição eram artificios muito usados por professores em todo o país, castigava-se fisicamente. Era comum a utilização por parte do professor da régua para bater no aluno que não respondesse, adequadamente, as suas perguntas.

Nas escolas brasileiras, esta prática era efetivada por meio da palmatória, instrumento de castigo com o qual o professor batia na palma da mão dos alunos. A quantidade de palmadas dependia do juízo deste professor sobre a possível gravidade do erro. O castigo físico noutras vezes dava-se pela prática de colocar o aluno de joelhos sobre grãos de milho ou feijão, ou ainda, de mandá-lo para frente da classe, voltado para a parede e com os braços abertos.

Como se vê, o estabelecimento da palmatória como instrumento de castigo disciplinar, a ser aplicado por professores vem desde a segunda metade do século XVIII. Na época, considerava-se que os erros dos alunos resultavam da indolência, impondo-se então o castigo corporal como modo de remir o pecadorzinho preguiçoso.

Considerações finais

Historicamente a formação social e educacional da criança brasileira passa pela violência explícita ou implícita desde o período colonial até a república. O autoritarismo do patriarca no período colonial brasileiro abatia-se sobre toda a sua família, em particular, sobre os filhos tanto do colonizador quanto da criança escrava. O personagem paterno inspirava terror, principalmente aos filhos que, desde pequenos, entravam em contato com o poder paterno.

Para Freyre, o menino no Brasil colônia e império foi vítima, quase tanto quanto o escravo, do sadismo patriarcal. Ao descrever o martírio do ensino colonial antes da Independência, e mesmo que se desconte a idealização morenizadora. Gilberto Freyre está chamando a atenção para os regulamentos rígidos na educação familiar e escolar. A criança esteve sujeita desde o período da Colônia a diversas formas de disciplinamento (moral, sentimental, física) e instrumentos de sofrimento: as várias espécies de palmatória, a vara de marmelo, às vezes com alfinete na ponta, o galho de goiabeira, o cipó, a pancada ou o empurrão no cachaço, o puxavante de orelha, o beliscão simples, o beliscão de frade, o cascudo, a palmada, o safanão etc. Ainda sobre a prática dos castigos físicos sofrido pelas crianças no período colonial.

Gilberto Freyre nos faz pensar que havia certo paralelismo entre as formas punitivas adotadas na escola e em casa. Como um modo de disciplina, é perfeitamente compreensível se considerarmos que as práticas punitivas educacionais, elaboradas pelos mestres jesuítas, certamente influenciavam pais e educadores fora do âmbito estritamente escolar, e inevitavelmente estendiam-se ao âmbito da vida privada da criança.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 25. Ed. São Paulo: Ática, 1996.

AZEVEDO, M. A. **A pedagogia despótica e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: onde psicologia e política se encontram**. In M. A. AZEVEDO & M. S. MENIN (Orgs.), *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez; FAPESP, 1995.

AZEVEDO, M. A., & Guerra, V. N. A. **Violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

_____. **Mania de bater. A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001.

CARVALHO, M. M. C. **Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas**. In M.C. Freitas, *História social da infância no Brasil* (pp.269-287). São Paulo: Cortez, 1997.

CHARTIER, R. A. **A História Cultural**. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia (2a ed.)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. 31ª Ed. São Paulo. Editora Nacional, 1983.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GOUVÊA, Maria Cristina S. **A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites**. In. FERNANDES, R. & LOPES, Alberto & FILHO, Luciano M. de F. *Para a Compreensão Histórica da Infância*. Porto: Campo das Letras, 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil** (26a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maira. **Conta de Escola**. In. *Várias Histórias*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL, 1977.

_____. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**.

MARCÍLIO, M. L. (1988a). **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1988a)

NIZZA, M. B. S. (1998). **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PRIORE, M. **O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia.** In M. Priore (Org.), *História da criança no Brasil* (4a ed., pp.10-27). São Paulo: Contexto, 1996.

_____. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In M.Priore (Org.), **História das crianças no Brasil** (pp. 84-106). São Paulo: Contexto, 1999.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu:** crônicas de saudades. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

RAMOS, Graciliano. **Infância.** 40ª ed. Revisada, Rio de Janeiro: Record, 2008

RÊGO, José Lins do. **Menino de Engenho.** 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.

_____. Doidinho. 20ª Ed. In: **Romances reunidos e ilustrados.** Rio de Janeiro. Editora José Olympio/Brasília: INL, 1980.